

## A encruzilhada da abordagem cultural na Geografia

### The crossroads of the cultural approach in Geography

*Leonardo Luiz Silveira da Silva*

Doutor em Geografia, IFNMG - Campus Salinas, Brasil

[leoluizbh@hotmail.com](mailto:leoluizbh@hotmail.com)

#### Resumo

O artigo propõe uma exposição sobre a abordagem cultural na Geografia desde a institucionalização acadêmica da disciplina, partindo do pressuposto que as abordagens não podem ser entendidas como saberes isolados e fragmentados. Neste trabalho, correntes da Geografia são definidas como rótulos que possuem serventia didática, mas que não dão conta de dimensionar e caracterizar as estruturas híbridas do pensamento. O artigo defende assim a ideia de que as abordagens culturais são híbridas, não havendo um tipo ideal, ainda que o determinismo ambiental tenha sido praticamente banido da academia, sobrevivendo em certos recônditos do senso comum. Por intermédio de sua exposição o artigo contempla alguns dos principais conflitos e dilemas da abordagem cultural dos últimos 150 anos.

**Palavras-chave:** Cultura, Geografia Cultural, Hibridismo.

#### Abstract

The article proposes an exhibition on the cultural approach in Geography since the academic institutionalization of the discipline, based on the assumption that these approaches cannot be understood as isolated and fragmented knowledge. In this work, currents of Geography are defined as labels that have didactic use, but that does not account for dimensioning and characterizing the hybrid structures of thought. The article thus defends the idea that cultural approaches are hybrid, with no ideal type. However, the environmental determinism has been practically banned from the academy, surviving in some regions of common sense. Through its presentation, the article addresses some of the central conflicts and dilemmas of the cultural approach of the last 150 years.

**Keywords:** Culture, Cultural Geography, Hybridity.

## 1. INTRODUÇÃO

A abordagem cultural na Geografia apresenta um rico histórico de mudanças de paradigmas que acompanham a disciplina desde a sua institucionalização acadêmica, em meados do século XIX (CAPEL, 2013). As fronteiras e limites do saber não são rígidos, e é importante observar que desde a tradição do determinismo cultural, muito presente nos primórdios da academia, as transições nas abordagens culturais não tem sido abruptas, ainda que consideremos o alcance e a repercussão de algumas produções icônicas que serviram para as modificações no modo de pensar de parte expressiva dos geógrafos. Mais que isso, quando falamos de modificações de paradigmas, consideramos a hipótese de antagonismos conviverem. Além disso, mediante a miríade de experiências acadêmicas pelas quais passa um pesquisador, é mister considerar a existência de

estruturas híbridas do pensar, que dão a cada investigador a sua originalidade e que permite o avanço da discussão acadêmica. Nesse sentido, a noção de intertextualidade reforça a ideia acerca de um texto nunca se constituir como uma elaboração pura, ou seja, isolada de experiências. Nesta perspectiva vende-se a ideia de que um texto carrega outros textos, o que nos ajuda a pensar nas formulações híbridas entre os paradigmas, mesmo que consideremos àqueles que se posicionam indubitavelmente como antagonistas entre si.

Homy Bhabha (2013), ao proclamar que as identidades são sempre um acesso problemático da totalidade, nos fornece recursos para entendermos como nossos valores e outras estruturas que sustentam nossas elaborações mentais são excepcionais. Para o autor, as identidades se constituem temporalmente adiadas e espacialmente fendidas. Por temporalmente adiadas, expressa que o conjunto de nossas experiências diretas ou indiretas advém de retalhos temporais que não se preenchem como um *continuum*. Por espacialmente fendidas, interpretamos que as experiências – sobretudo as indiretas – podem advir de pontos no espaço que jamais visitamos. Para sermos didáticos, tomamos como exemplo as nossas experiências espaciais indiretas advindas de espaços descontínuos, somadas as diretas (maximizadas na contemporaneidade pela possibilidade do uso de transportes rápidos). Mediante este exemplo, se compararmos este conjunto de experiências frente àquelas aglutinadas por outros indivíduos, estaríamos analogamente diante de um caleidoscópio sendo girado: alguns padrões seriam reconhecidos (certos elementos identitários), mas o conjunto arranjado seria excepcional (o universo que compõem a identidade).

A que serve esta discussão? Iremos apresentar neste artigo distintos caminhos que podem ser considerados como *mainstreams* da discussão geográfica sobre a cultura. É de suma importância compreender esta dinâmica da formação das nossas elaborações mentais para que as etapas aqui destacadas não sejam entendidas como modificações que pretendam eliminar as abordagens anteriores e, tampouco, como pensamentos monolíticos que não dialogam com pensamentos pretéritos na dimensão da intertextualidade. Ou seja, não é adequado que o desenvolvimento diacrônico da abordagem cultural na Geografia seja visto como um emaranhado de componentes pertencentes a uma linha evolutiva na qual o que é mais recente na teoria necessariamente é o mais correto ou plausível.

Dito isso, abordaremos neste artigo algumas das mais destacadas tradições da abordagem cultural na Geografia, a saber: a abordagem tradicional oitocentista, a abordagem de Sauer e a escola de Berkeley, a guinada neopositivista e suas reações como a Geografia Humanista e a Nova Geografia Cultural, tendo em mente a consideração sobre as formas híbridas do pensar. Com isto, objetivamos apresentar as principais influências e reminiscências que vivem hoje na abordagem cultural da Geografia.

## 2. ABORDAGEM TRADICIONAL OITOCENTISTA

O determinismo cultural se manifesta enquanto elemento acadêmico e dominante na aurora da institucionalização da Geografia enquanto disciplina, em meados do século XIX. Foi sobrevivendo paulatinamente em meio a fortes questionamentos que foram minando sua autoridade discursiva. Grosseiramente, parte da crença em que a paisagem determina o comportamento do homem, trazendo, a partir deste pressuposto, diversos desdobramentos analíticos. Dentro da antropologia, nomes importantes como Boas, Wissler e Kroeber refutaram este tipo de determinismo, argumentando que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais (LARAIA, 2009). Este novo entendimento passou a desafiar os pressupostos que, àquele tempo, apresentavam-se na vanguarda das abordagens culturais.

É importante destacar que o determinismo cultural serviu como uma elaboração à serviço da criação de estereótipos negativos que por muito tempo sustentaram a missão civilizadora (WALLERSTEIN, 2007), dentre os quais podemos citar o mito do nativo preguiçoso (ALATAS, 1977) ou da indolência indígena. É somente na dimensão etnocêntrica – condição humana comum (TUAN, 1980) – que tais teses poderiam se sustentar.

Esta aproximação teórica entre o determinismo cultural e o etnocentrismo é que nos faz crer que a Antropologia Evolucionista do século XIX contribuiu, por meio de nomes como Frazer, Tyler e Morgan, para sustentação de visões simplificadas a respeito da diversidade e complexidade humana. Como exemplo, posiciona-se a tipologia cunhada por L. H. Morgan acerca da existência de etapas da evolução cultural (BARRIO, 2005). A classificação morganiana ainda deixa suas marcas hoje quando, no campo das humanidades, períodos são trazidos sem a devida relativização, fazendo-nos crer na existência de eras como a “pedra lascada”, um dos símbolos de uma forma de pensar baseada em uma utópica linearidade histórica evolucionista. No contexto do século XIX, há de se destacar que a repercussão dos escritos darwinianos lançou influência sobre as humanidades (PEET, 1985), consolidando estranhamentos entre os métodos positivistas da ciência e sua aplicabilidade direcionada aos estudos para a compreensão do complexo comportamento humano.

Resta-nos indagar a que ponto estas tradições estão presentes, nos recônditos de nossas mentes, em pleno século XXI. Esta questão claramente exige uma reflexão individual e, ao mesmo tempo, trata-se de uma indagação impossível de dimensionar. É panglossiano pretender estar apartado de qualquer elemento da tradição determinista, da mesma forma que não podemos rejeitar a influência do etnocentrismo na nossa forma de pensar. Longe de demonizar o determinismo oitocentista, acreditamos que as atuais formas de pensar – com soluções muito interessantes para a abordagem cultural – surgiram justamente de sua negação. Em outras palavras, o determinismo

ambiental é um protagonista do arranjo atual das abordagens culturais dominantes, ainda que seja lembrado como sinônimo de obsolescência e ingenuidade.

No início do século XX e sob a influência de teses antropológicas não deterministas, Carl Sauer e a chamada escola de Berkeley impactaram, por intermédio de sua influência, os estudos culturais na Geografia. As antigas tradições assistiram a ascensão de abordagens concorrentes que obtiveram grande apoio no mundo acadêmico.

### 3. A ABORDAGEM DE SAUER E A ESCOLA DE BERKELEY

Carl Sauer foi um dos mais importantes e controversos geógrafos do século XX. Trouxe influências positivas e negativas para o desenvolvimento da Geografia acadêmica. Escreveram mais sobre Sauer do que a respeito de qualquer outro geógrafo nos Estados Unidos (DENEVAN; MATHEWSON, 2009). Em Berkeley, orientou 37 teses de doutorado (GADE, 2011), deixando um rastro de futuros professores que estiveram sob a égide de sua influência. A influência da antropologia do início do século XX está fortemente presente nas suas análises, ainda que possamos encontrar mudanças que são esperadas em uma carreira longa e prolífica e que se distribuiu ao longo de muitas décadas. Não raramente, o pensamento de Sauer é associado à abordagem historicista, que rompe com o pragmatismo do positivismo do século XIX (SPETH, 2011). Sauer mostrou-se cético quanto à validade da aplicação extensiva da quantificação como ferramenta de compreensão do espaço (MAY, 2011). A partir da produção saueriana, a subjetividade foi considerada elemento importante e constituinte da relação entre o ser humano e o seu espaço e, sobretudo, a paisagem que é por ele construída e reconstruída em habitat (SASAKI, 2010, p.116). Apesar de ser marcado pela abordagem historicista, Sauer é criticado por não levar em conta questões sociológicas como classe econômica e diferenças entre sexo, mesmo quando a sua abordagem conduz o leitor a refletir sobre estas questões. Para Richard Peet, é como se “Sauer começasse a investigar estas questões, chegasse ao abismo das relações sociais e, rapidamente, se afastasse de sua beira” (PEET, 2011, p.195).

Nos trabalhos de Sauer é destacada, com ênfase, a influência da noção do superorgânico trazida por Alfred Kroeber (1917) no início do século XX, que passou a ser fortemente criticada dentro da antropologia, mas que, por alguma razão, permaneceu viva em abordagens geográficas acadêmicas até pelo menos o final do século (DUNCAN, 1980<sup>1</sup>). A crítica centra-se justamente na abordagem ontológica da cultura, que passou a ser duramente contestada. James Duncan atribui uma frase a Franz Boas que ilustra o teor dessas críticas: “é difícil conceber a necessidade de ver a

---

<sup>1</sup> David Ley (1981) celebrou a importância do texto de Duncan (1980), afirmando que o mesmo “desenvolveu um detalhado argumento que atingiu em cheio o coração da tradição saueriana, definindo que o seu conceito de cultura é teórica e filosoficamente não sofisticado” (LEY, 1981, p. 250).

cultura como uma entidade mística que existe paralelamente à sociedade e que possua movimento próprio” (Boas *apud* Duncan, 1980). O trabalho de Sauer intitulado *The personality of Mexico* é uma marca do tratamento ontológico dado à cultura. Em suas palavras:

A velha linha entre o sul civilizado e a Chichimeca tornou-se menos nítida, mas ainda existe. Nesta antítese, que em alguns tempos significava conflito e noutros a complementariedade de qualidades, repousa a força e a fraqueza, a tensão e a harmonia que construíram a personalidade do México (SAUER, 1941, p. 364).

Também é comumente criticado o excessivo foco de Sauer na produção de artefatos, o que reforçaria a preocupação com dados materiais<sup>2</sup> que estão presentes na paisagem. Marie Price e Martin Lewis (1993) avaliam que muitas das críticas que são feitas à obra de Sauer, principalmente as que recaem sobre a Morfologia da Paisagem são desmedidas e não passariam de uma replicação estereotipada de raciocínios mal formulados. Além disso, acusaram Peter Jackson, James Duncan e Denis Cosgrove de replicarem estes entendimentos equivocados.

Os líderes da Nova Geografia Cultural ajudaram a reforçar o entendimento de que os ensinamentos da escola de Berkeley se baseiam em fundamentos estáticos, empiristas e obcecados com relíquias paisagísticas e artefatos materiais, quando, na verdade se basearam e ainda se baseiam no dinamismo predominantemente historicista e na preocupação primária frente às relações entre a diversidade das sociedades humanas e seus ambientes naturais (PRICE; LEWIS, p. 1, 1993a).

Price e Lewis (1993) criticam aquilo que consideram uma fácil associação de Sauer com a ideia de superorgânico e também argumentam que os novos geógrafos culturais fazem questão de cindir com as tradições da escola de Berkeley, chamando-a de Tradicional Geografia Cultural, que, em oposição ao novo rótulo, transmitiria emblematicamente a ideia de algo antigo e superado. Price e Lewis (1993) argumentam que a razão pela qual o entendimento acerca da tradição da escola de Berkeley se deteriorou é uma questão sem resposta. Lançam, entretanto, uma hipótese: “uma possibilidade é o fato de uma tradição muito bem consolidada não precisar de suporte” (PRICE; LEWIS, 1993, p.5).

---

<sup>2</sup> Price e Lewis alegam que Jackson, Duncan, Cosgrove, Gregory e Ley dão ênfase desmedida ao estereótipo específico do apreço aos artefatos materiais: “Eles especificamente alegam que os intelectuais de Berkeley focam seus estudos nos artefatos materiais, exibindo um curioso e antiquado fetichismo sobre itens como casas, cercas e postos de gasolina. Gregory e Ley, especificamente foram mais longe ao dizer que a geografia cultural marcada pela obsessão pelos objetos era um pouco mais do que uma celebração paroquial e contemplação do bizarro” (PRICE e LEWIS, 1993, p.3). Continuando na linha de defesa da escola de Berkeley, os autores apresentam estatísticas que mostram que a abordagem de artefatos materiais pelos pesquisadores de Berkeley é desprezível. Destacam ainda que “Sauer nunca limitou o termo artefato a objetos concretos. Pelo contrário, ele via toda modificação humana na paisagem como um artefato (PRICE e LEWIS, 1993, p.6). Duncan (1993) discorda de Price and Lewis ao indicar que a avaliação de artefatos materiais pode ser apontada como uma marca característica de Berkeley. Price e Lewis (1993b) ainda treplicaram a réplica de James Duncan, fazendo-nos entender que não há consenso sobre o exagero da escola de Berkeley ao que se refere à abordagem dos artefatos materiais.

Ao argumentar que os novos geógrafos culturais atacam “mais uma caricatura do que uma complexa tradição intelectual” (PRICE; LEWIS, 1993, p.2), dentre outras acusações, era de se esperar a reação dos autores citados, como ocorreu nos comentários de Jackson, Duncan e Cosgrove publicados no periódico *Annals of the Association of American Geographers*. Denis Cosgrove (1993) argumenta que Price e Lewis (1993) imaginaram equivocadamente que existe uma conspiração de intelectuais qualificando pejorativamente o que seria uma Tradicional Geografia Cultural. Destacou que possui certa objeção aos rótulos e que nunca se declarou um representante da Nova Geografia Cultural. Cosgrove ressalta o foco de Sauer na cultura material, principalmente se apoiando no fato de que “a recente virada cultural nas ciências sociais e humanidades nos ensinou que a natureza é, por si só, uma construção cultural” (COSGROVE, 1993, p. 516). Nesse sentido, as diferenças na compreensão e amplitude do significado da palavra artefato podem levar os intérpretes aos problemas de comunicação. Nesse sentido é irônico pensar que a virada cultural se caracterizou, dentre outras coisas, pela preocupação quanto aos significados, principalmente se levarmos em conta que a discussão ocorreu sob o prisma de sua influência nas humanidades.

Duncan (1993), por sua vez, reafirma a influência do superorgânico na geografia cultural de Carl Sauer, argumentando que Price e Lewis (1993a) entram em contradição em todos os três principais pontos de sua crítica. Jackson (1993), por sua vez, acusa Price e Lewis (1993) de imaginar rótulos antagônicos da Geografia Cultural, colaborando mais para o estranhamento das diferenças entre os geógrafos do que para propor um debate construtivo. Reforça que as diferenças existentes entre ele, Cosgrove e Duncan são suficientemente expressivas para que não sejam colocados sobre a sombra de uma mesma caracterização. Já Jackson (1993) alega que nunca defendeu a supremacia de uma escola de pensamento sobre outra e que o próprio Sauer era um advogado da interdisciplinaridade, condenando qualquer tentativa de restrição da pesquisa científica dentro de limites de certos paradigmas. Por fim, ressalta que a linguagem utilizada por Price e Lewis (1993) não colabora para o diálogo científico, sobretudo ao distribuir adjetivos a outros colegas de área.

Para além destes debates vigorosos, destacamos que, se por um lado Carl Sauer rompe com o positivismo por meio de sua abordagem, por outro, reifica a cultura, mostrando que essas características (o positivismo e a reificação da cultura) não são necessariamente congruentes. Justamente esta incongruência pode conduzir a má compreensão do legado de Sauer. Compartilhando de parcela do pensamento de Price e Lewis (1993), Hoefle (2008) salienta que há um mau juízo de Duncan (1980) quando o mesmo critica a associação de Sauer e Kroeber, que por sinal é vastamente consolidada no imaginário da Geografia Cultural. Hoefle (2008) argumenta que o estigma de determinismo ambiental que recai sobre Kroeber é exagerado e começa com um entendimento impreciso acerca do título de sua obra de referência: *O Superorgânico*.

O prefixo “super” no sentido empregado por Kroeber (1917) significa “além” e não uma valorização do orgânico. Para Kroeber, o orgânico representa as características hereditárias que são transmitidas por gerações e que interferem na forma em que vemos a cultura, sem que, contudo, definam-na. Para o autor “Não é necessário argumento para provar que nós derivamos de certas características que são transmitidas naturalmente pela hereditariedade e de outras características transmitidas por intermédio de agências (sociais) das quais a hereditariedade em nada se associa” (KROEBER, 1917, p. 165).

Hoefle (2008) defende que Kroeber representa uma ruptura frente à tradição da antropologia evolucionista. No texto de Kroeber percebe-se, contudo, muitas analogias com a Biologia e com a evolução, o que poderia fazer com que uma leitura apressada e desatenta pudesse-nos levar a julgar um falso determinismo ambiental.

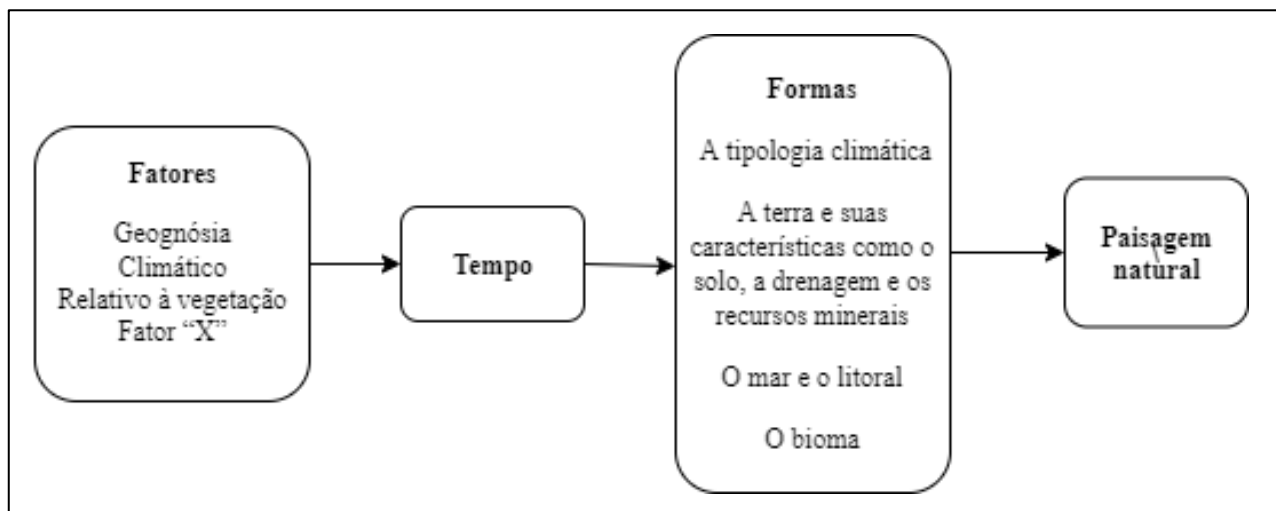
É fato que no texto de Kroeber, assim como em determinados textos de Sauer, é possível verificar o vício da abordagem ontológica da cultura, como é de se supor no *zeitgeist* acadêmico da aurora do século XX. A massificação fenotípica de indivíduos de determinados grupos e dos comportamentos dos indivíduos atestam o vício reificador da abordagem kroeberiana:

que o esquimó é peludo, ninguém pode afirmar: de fato, somos mais peludos que ele. Mas é afirmado que ele é protegido por gordura (...); e devora grandes quantidades de carne e óleo que dão calor, porque ele precisa. A verdadeira quantidade de sua gordura, em comparação com outros seres humanos, ainda precisa ser verificada (KROEBER, 1917, p. 168).

A obra que sintetiza a força da influência de Carl Sauer é o seu artigo já mencionado neste livro e intitulado “*The morphology of landscape*”, tido como um trabalho que enfrentou o determinismo ambiental do seu tempo (DINIZ *et al.*, 2003), debate que já estava posto na antropologia. Neste trabalho, Sauer afirma que a paisagem tem uma identidade que é baseada em sua constituição reconhecível, limites e relação genérica com outras paisagens, que constituem um sistema geral. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. Dito isso, a paisagem é considerada, em algum sentido, como portadora de uma qualidade orgânica (Sauer, 2008). Esta aceção evidencia, sobretudo no que diz respeito à suposta constituição reconhecível da paisagem, a sua abordagem ontológica. A metodologia de Sauer tem influência das obras do alemão Otto Schlüter (1872-1959), cujos estudos sobre a paisagem contribuíram para o pensamento dos discípulos da Escola de Berkeley (SEEMANN, 2004).

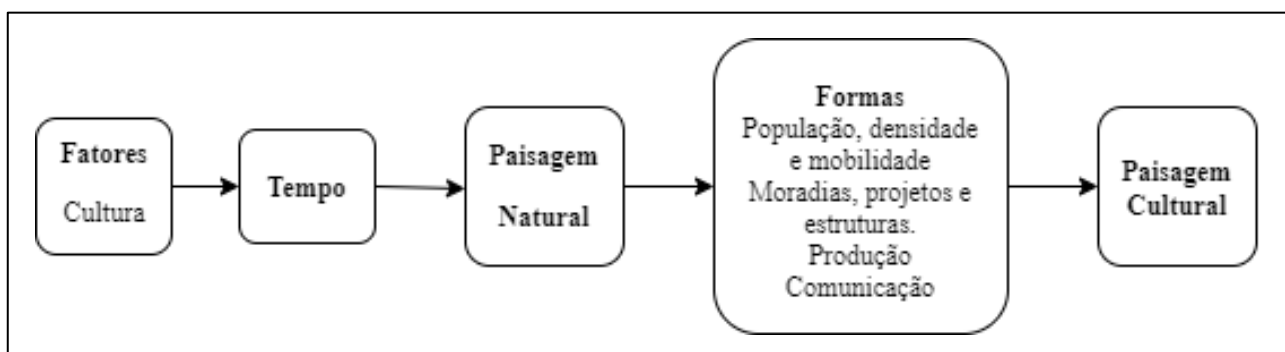
Escrito em um período marcado pelas profundas cicatrizes do positivismo oitocentista, o artigo mais conhecido de Sauer é conhecido por propor um modelo que explicaria a produção da paisagem. Neste modelo, Sauer considera possível entender a paisagem natural e a paisagem cultural como dois fenômenos caracterizáveis. Contudo, a paisagem natural estaria contida na paisagem cultural, como se vê na figura 1, constituindo-se como um dos componentes para a sua

produção. A organização deste pensamento, esquemático, levou a produção de um famoso axioma: “A cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 2008, p.103).



**Figura 1** - A gênese da paisagem natural segundo Carl Sauer.  
Fonte: SAUER (2008).

A paisagem natural seria formada pela presença de fatores tais como a geognóssia<sup>3</sup>, o climático, a vegetação e o chamado fator X. Este último seria na verdade um aglutinado de fatores que se apresenta intangível e representa as diversas conexões entre as formas. É interessante perceber que a busca por modelos aparenta ser uma reminiscência positivista, enquanto que a presença da incerteza, materializada na variável “fator X”, já demonstra ser um incômodo em relação ao pragmatismo positivista. No modelo da gênese da paisagem cultural, como se vê na Figura 2, a paisagem natural se estabelece como o meio para a cultura atuar ao longo do tempo e criar as suas formas constituintes.



**Figura 2** - A gênese da paisagem cultural segundo Carl Sauer.  
Fonte: SAUER (2008).

<sup>3</sup> Termo que caiu em desuso e que representava parte importante do campo de estudo da Geologia.



Em uma crítica centrada na inadequação do modelo saueriano na contemporaneidade, Cosgrove e Jackson afirmaram que “inevitavelmente as paisagens e regiões são identificadas como um produto de uma sociedade predominantemente agrícola, estável e pré-moderna cujas marcas<sup>4</sup> são ameaçadas pelo processo de modernização<sup>5</sup>” (COSGROVE; JACKSON, 1987, p.96). Ou seja, o modelo de Sauer estaria caduco devido ao grau de interdependência socioeconômica que ditaria a aceleração do intercâmbio cultural a níveis sem precedentes.

A abordagem saueriana da paisagem tinha reificava a paisagem, dando um enfoque especial aos aspectos materiais. O mesmo podemos falar sobre a sua ideia de cultura: “a paisagem cultural é sujeita a se modificar pelo desenvolvimento de uma cultura ou pela sua substituição” (SAUER, 2008, p.100). Esta entificação da cultura, vista como um corpo físico que se substitui e ocupa porção tangível do espaço, é descompassada frente aos modernos estudos culturais, tanto no que tange à produção/reprodução cultural<sup>6</sup> quanto às heranças dos intercâmbios interculturais<sup>7</sup>.

Apesar de propor a separação entre paisagem natural e a paisagem cultural, Sauer acredita que o sentido da paisagem é encontrado nos atributos físicos de um espaço que são significativos para o homem e nas expressões antrópicas de uma dada área (SAUER, 2008). Estabelece assim um sentido utilitário da paisagem natural, que acaba sendo vista não puramente como natureza intocável, mas como área de reserva para atender aos desígnios futuros da humanidade. A partir de um viés ecológico em uma abordagem sistêmica e utilitarista, a paisagem natural poderia ser entendida como um espaço fundamental para garantir o equilíbrio e o bem-estar da vida nos ecúmenos.

Chama a atenção na obra *Morfologia da paisagem* a utilização da expressão “a perspectiva fenomenológica da ciência”. O significado da palavra “fenomenológica” utilizada por Sauer precisa ser entendido dentro do contexto de sua obra. Não é o sentido da fenomenologia trazida por Husserl e Heidegger, sendo mais indicado “tratar o significado da raiz desse termo simplesmente como fenômenos que incorporaram certas experiências ou aparências” (PENN; LUKERMANN, 2011,

---

<sup>4</sup> As marcas são os registros das ações humanas no espaço geográfico.

<sup>5</sup> Se a intenção de Cosgrove e Jackson (1987) é pregar a crise das paisagens/regiões vernaculares por meio do processo de modernização, precisamos antes admitir que as forças modernizantes não tornam o espaço igual, tanto do ponto de vista econômico e produtivo (SANTOS, 2012) quanto do ponto de vista cultural (HALL, 2013). Talvez os dois baluartes da Geografia Cultural tenham se referido à crise do autóctone e do puramente vernacular (se é que podemos considerar que este um dia existiu). Esta crise precisa ser entendida na dimensão trazida por Rogério Haesbaert (2010), que aponta as regiões como condicionadas e condicionantes do processo de globalização. A argumentação de Cosgrove e Jackson (1987) fundamenta uma ideia substitutiva para a cultura em que a mesma poderia ser aniquilada e, no seu lugar, outra forma mais moderna e triunfante pudesse ocupar o seu nicho. A argumentação de Cosgrove e Jackson (1987) coincide com a de tantos outros que trazem a abordagem ontológica da cultura e o vício de sua reificação, elementos que substanciaram o icônico artigo de Mitchell (1996), intitulado “*Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da ideia de cultura em geografia*”.

<sup>6</sup> Lembremos a pedagógica abordagem de Stuart Hall (2013) quando assevera que a cultura se transforma a partir de processos caracterizados como “reciprocidade-sem-começo” e “repetição-com-diferença”.

<sup>7</sup> Neste caso, lembramos Said (2011) que nos instrui a perceber que elementos das paisagens colonizadas estão presentes nas paisagens colonizadoras e vice-versa. Tal esclarecimento estabelece a essência da aculturação: uma via de mão dupla que evidencia a natureza híbrida, permeável e dinâmica da cultura.

p.140). Esta discussão é importante para a compreensão de que, no contexto saueriano, a interpretação da paisagem não é amplamente intersubjetiva.

#### 4. A ABORDAGEM DA GEOGRAFIA HUMANISTA

A Geografia Humanista é uma das correntes que se consolida no período reativo a efervescência neopositivista/quantitativista da década de 1950. Anne Buttimer ressalta a importância da abordagem humanista: “para cada interpretação geográfica da terra habitada teremos premissas implícitas sobre a natureza da condição humana” (BUTTIMER, 2008, p.105). Talvez por esta razão, abordagens de vieses humanistas<sup>8</sup> antecederam muito o rótulo que selou autores da segunda metade do século XX. Eis alguns exemplos dos pioneiros:

- Alexander Von Humboldt (1769-1859) interessou-se pelas pinturas de paisagens e na forma pela qual estas formas de expressão contribuíram para consciência pública acerca das regiões naturais da Terra;
- Johannes Gabriel Granö (1882-1956) esforçou-se para desenvolver a interpretação da paisagem sensível à percepção;
- Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e seu campo de estudos de gênero de vida;
- Eric Dardel (1899-1967), historiador que examinou a geograficidade;
- John Kirtland Wright (1891-1969), que incentivou os geógrafos a incluírem a perspectiva humanista em seus estudos, por meio da inclusão da subjetividade dos valores das pessoas na análise geográfica;
- William Kirk (1921-1987), que desenvolveu o conceito de *behavioral environmental*, que contém a ideia de que o meio-ambiente não é um dado objetivo, sendo expresso intersubjetivamente entre indivíduos e grupos (Seamon e Lundberg, 2017).

As pesquisas de Wright e Kirk substanciaram os subcampos da geografia comportamental e percepção ambiental, desenvolvidos nos anos 1960. Nos anos 1970, é plausível argumentar que o desenvolvimento da Geografia Humanista se beneficiou bastante das pesquisas comportamentais e perceptivas (SEAMON; LUNDBERG, 2017). Como já anunciado, o apelo humanista cresceu –

---

<sup>8</sup> Causa estranheza à primeira análise o fato de que o humanismo filosófico, fundamental para o desenvolvimento da Geografia Humanista, não se constitui como uma unanimidade entre os pensadores identificados com esta corrente geográfica (Meinig, 1983). Edward Relph (1981) considera que as perspectivas humanistas se infiltraram nas ciências sociais e comportamentais provocando um resultado paradoxal: a perspectiva humanista está sendo solicitada a resolver os próprios problemas humanos e ambientais que o humanismo científico ajudou a construir. Para Relph (1981), o humanismo em qualquer uma de suas formas não é mais digno de aspiração, tendo se tornado uma ortodoxia que circula em torno de si e que impede pensamentos e relativizações por intermédio de seus slogans sentimentais. Em uma crítica mais forte, Relph ainda declara que o humanismo incentiva a dependência de conhecimentos espúrios, esforça-se para a dominar a natureza e não fez nada para prevenir ou reduzir a desumanidade do homem (Seamon, 1983).

*pari passu* às investidas pioneiras de certos geógrafos no período imediatamente pós-Segunda Guerra Mundial – como uma reação ao neopositivismo (POCOCK, 1983; GOLD; GOODEY, 1983) e àquilo que foi percebido como excesso de quantificação na Geografia. A oposição ao determinismo, ao economicismo e a percepção do aumento de publicações que aboliam as intencionalidades humanas compuseram o terreno fértil que sustentou a construção da abordagem humanista (LEY, 1981). Cosgrove (1978) prefere relativizar ao escrever que as razões para a recepção mais favorável aos métodos subjetivos entre cientistas anglo-saxões dos anos 1970 são complexas, mas certamente incluem o descontentamento com as filosofias positivistas. Holzer (1997) acrescenta que, como contexto do surgimento da Geografia Humanista, deve ser levado em conta o movimento intelectual do final dos anos sessenta, a saber: o movimento hippie, a fervura política estudantil e do questionamento feroz dos padrões culturais e políticos instituídos. Meinig (1983), por sua vez, acredita que as incapacidades da Geografia de responder a certas questões sociais nos fizeram testemunhar o crescente interesse na Geografia Humanista.

Na aurora da Geografia Humanista, era possível a confusão com o rótulo de Geografia Comportamental. Esta última, contudo, se dirigia mais para uma psicologia behaviorista, aplicada diretamente em trabalhos encomendados acerca de levantamentos de mercado, como pontos locacionais mais valiosos para a implantação de centros comerciais ou industriais. O termo Geografia Humanista foi sugerido por Yi-Fu Tuan em 1972, que acabou predominando sobre a sugestão de Edward Relph: Geografia Fenomenológica (OLIVEIRA, 2001).

São muitos os nomes que se associam à Geografia Humanista, que se consolida nos anos 1970. Destacamos que a “Geografia Humanista” é também um rótulo e, como tal, abriga generalizações que ocultam diferenças que podem ser grosseiras entre os teóricos que são identificados com esta corrente. A diferença mais marcante talvez seja aquela que envolve o equilíbrio entre a abordagem humanista centrada nas emoções, valores, significados intersubjetivos e, por outro lado, àquela centrada nas questões de cunho social. É interessante levar em conta que a reação ao quantitativismo positivista também centrou-se no apelo às questões sociais. Esta característica de abordagem ficou tão marcante ao ponto de outro rótulo se consolidar na década de 1970: a Geografia Radical.

De Paris e Berkeley ecoaram protestos de estudantes contra estruturas políticas opressivas e injustiça social. Dentro dos muros da academia também surgiram questionamentos contra as estruturas políticas e injustiça social. No interior dos muros acadêmicos também se desenvolveu uma resistência às reivindicações hegemônicas do positivismo e estruturalismo (...).

(...) cursos de geografia social urbana, percepção ambiental, mulheres, negros e outras minorias foram inseridos nos currículos departamentais e grupos especiais foram formados em torno destas temáticas junto a AAG (BUTTIMER, 2008, p. 107).

É importante dizer que a Geografia Cultural e a Geografia Humanista não são sinônimos. Por mais incômodo que seja rotular abordagens e discutir os limites destes rótulos, é importante dizer que a Geografia Cultural tradicional, amparada pela tradição saueriana, relativizava o determinismo ambiental, mas não se posicionava em um âmbito intersubjetivo da leitura do espaço, marca do humanismo na Geografia. Após a onda neopositivista dos anos 1950, criou-se um terreno fértil para o questionamento do quantitativismo na Geografia ao mesmo tempo em que possibilitou o aumento da pluralidade das abordagens geográficas. Afinal, os críticos do positivismo lógico se apoiaram em soluções que variavam desde posições teóricas que tinham pretensão de se constituírem como antíteses<sup>9</sup> à quantificação espacial às formas positivistas mais relativistas, que apresentavam a subjetividade como possibilidade ao mesmo tempo em que ofereciam modelos de leitura espacial<sup>10</sup>. A Geografia Humanista, por sua vez, desenvolveu-se nos anos 1970, concomitantemente a outras abordagens de viés cultural. Dentro desta pluralidade de opções reativas ao neopositivismo, é possível destacar a existência de uma Geografia Cultural radical<sup>11</sup>, na qual o entendimento da cultura como meio de resistência e dominação prevaleceu (COSGROVE, 1983).

Na reflexão sobre as características da abordagem cultural da Geografia Humanista, concordamos com Eduardo Marandola que salienta que o humanismo em Geografia é uma postura que deve transcender as orientações teórico-metodológicas internas da ciência geográfica, sendo uma postura ética, de orientação científica do pesquisador e da pesquisa (MARANDOLA, 2005). Ainda que o humanismo seja um dos pilares que compõem o pensamento dos autores identificados com esta subárea geográfica, é possível ver diferenças nas abordagens. Para Seamon e Lundberg (2017), dois modelos complementares de abordagem podem ser grosseiramente destacados. Os geógrafos humanistas teriam suas abordagens descritas como:

- A) Explicações sobre a experiência: seriam abordagens mais associadas aos “estudos do lugar” e identificadas com autores como Anne Buttimer, Douglas Pocock, Edward Relph, David Seamon e Yi-Fu Tuan<sup>12</sup>. Parte expressiva dos seus trabalhos se apoiaria na

---

<sup>9</sup> As antíteses negligenciavam a possibilidade de construção de modelos como ferramentas de leitura do espaço, já que viam nesta empreitada um anseio de legitimação da geografia como ciência. Aquilo que aparentemente se constituía como uma preocupação metodológica das antíteses neopositivistas viria ser um dos pontos mais criticados e rebatidos da geografia humanista.

<sup>10</sup> Como argumentou David Ley (1981) no início da década de 1980, o caráter excessivamente subjetivo da geografia humanista tem sido balanceado com a introdução de certos métodos de pesquisa.

<sup>11</sup> A chamada Nova Geografia Cultural, que floresceu nos anos 1980, parece ser um nicho que tentou descolar o rótulo da geografia radical ou marxista. Enquanto proposta de abordagem aproxima-se da corrente radical pela importância que dá ao social, ao político e ao econômico (CRESSWELL, 2010).

<sup>12</sup> Cosgrove (1978) crítica dois expoentes deste grupo de autores. Para ele, Edward Relph e Yi-Fu Tuan subestimam o tempo e a mudança como variáveis interpretativas do espaço, o que encontraria explicação no método escolhido por estes autores, vinculado à consciência humana: “Seu método fenomenológico provê uma grande interpretação acerca do

fenomenologia como base para a interpretação do lugar, utilizando uma vasta gama de recursos investigativos que incluiriam a experiência individual, argumentos filosóficos, arquivos de reportagem, literatura imaginativa e evidências experienciais advindas da fotografia, filmes e outras expressões midiático-artísticas.

- B) Interpretações dos mundos sociais: seriam abordagens identificadas com o trabalho de autores como James Duncan, David Ley, Marwyn Samuels, Susan Smith, Graham Rowles e John Western. Tem como base uma miríade de tradições filosóficas ligadas ao pragmatismo, interacionismo simbólico, pós-estruturalismo e perspectivas marxistas. Estes pesquisadores identificados com estas abordagens interpretam o lugar como uma construção social. Nos anos 1980 e 1990, a característica social-construtivista da abordagem do lugar tornou-se uma ponte significativa para o pensamento pós-estruturalista e para a Nova Geografia Cultural (SEAMON; LUNDBERG, 2017).

Surgida em um contexto que defendia a liberdade e flexibilização dos métodos de pesquisa, a Geografia Humanista enfrenta, a priori, um paradoxo: ao demonizar os métodos positivistas, apresenta uma face não tão libertária assim (POCOCK, 1983). A Geografia Humanista recebeu críticas bem fundamentadas e variadas por parte de geógrafos quantitativistas e marxistas, feministas e pós-estruturalistas. Os geógrafos quantitativistas centraram a crítica no método de pesquisa humanista: como poderiam os geógrafos humanistas estar certos de que suas conclusões interpretativas possuíam acuidade e, portanto, confiança? Não são poucos àqueles que creem que o comportamento humano não pode ser estudado cientificamente (SACK, 1982). Segundo Pocock (1983), Leonard Guelke defendeu que mesmo para mensurar “significados” é necessário critérios, sob o risco da fenomenologia em Geografia tornar-se indistinguível da pintura de paisagem ou da poesia. Em resposta, os humanistas pontuaram que sua abordagem indutiva é compatível com a riqueza e complexidade da situação e dos eventos humanos. O ser humano, nesta concepção, não é exclusivamente razão; mas alguém que tem sensações, isto é, que sente, percebe e forma imagens a partir da subjetividade (JECSON, 2010). Diferentemente de muitos campos da ciência, as ciências humanas possuem tolerância com a ambivalência, ambiguidade, paradoxo e ironia. Afinal, faz parte do ofício das humanidades lidar com a imensa complexidade da vida humana (TUAN, 1976). As conclusões de qualquer estudo humanista não são nem mais nem menos do que uma possibilidade interpretativa aberta ao escrutínio público e de outras partes interessadas (SEAMON; LUNDBERG, 2017). Trata-se de um campo da Geografia que engloba expressões artísticas, sejam elas quais

---

que o lugar e a paisagem representam para nós, particularmente enquanto indivíduos. Contudo, suas premissas são idealistas quando se referem às experiências coletivas (COSGROVE, 1978, p.70).

forem utilizando-se dos seus métodos para estabelecer “verdades<sup>13</sup>” no ato de informar as atividades humanas no ambiente (BURKSE, 1990). Este conjunto de ideias ajuda-nos a entender uma função central da Geografia Humanista: expressar, salvar e cultivar, de uma forma particular, os laços invisíveis que unem elementos em um lugar específico em um contexto civilizacional (BURKSE, 1990). Os laços invisíveis que são construídos em âmbito emocional jamais poderiam ser lidos/identificados pelas abordagens positivistas.

Geralmente se observa que – para os geógrafos humanistas – a diferença existente entre a natureza objetiva e subjetiva do fato social fundamenta a forma de pensar. É comum encontrar críticas dos humanistas quanto ao tratamento do ser humano como um objeto e a incapacidade do cientista social de se perceber inserido na posição da subjetividade (ENTRIKIN, 1991). Estas críticas se estendem aos estudos corológicos (de diferenciação de áreas), campo na qual se percebe em alguma medida uma tentativa de validação científica dos estudos geográficos por intermédio do olhar de uma ciência social positivista. Preocupados justamente em evitar a objetivação positivista, alguns humanistas destacam um mundo particular de sentimentos que estão além do escrutínio racional. Na tentativa de capturar a qualidade holística da experiência do lugar, os humanistas buscam entender o olhar de quem vivencia a porção do espaço analisada. De uma perspectiva humanista, “o significado do lugar é inseparável da consciência daqueles que a habitam” (ENTRIKIN, 1991, p.20).

Os geógrafos feministas criticaram a suposta natureza essencialista da Geografia Humanista, que seria acrítica ao assumir uma imutável condição humana universal, que ignoraria, por sua vez, as diferenças individuais e de grupo, incluindo nesta gama questões raciais, de gênero e as diferenças econômicas. A crítica feminista ainda centra-se no fato da Geografia Humanista possuir um implícito viés machista que coloca o pesquisador homem capaz de interpretar as experiências de mulheres, gays e lésbicas. Já certos marxistas acreditam que os humanistas concentram-se muito na agência humana em detrimento das estruturas sociais e relações de poder (SEAMON; LUNDBERG, 2017). Os humanistas se defendem dessas críticas ao argumentar que reconhecem as diferenças entre os indivíduos e grupos em seus trabalhos e que o método da observação participativa e outros recursos qualitativos de pesquisa servem para transpor esta barreira do local de fala, tão bem explorado por Spivak<sup>14</sup> (2010). Sobre as críticas marxistas, os

---

<sup>13</sup> Optamos em utilizar a palavra “verdades” que foi empregada por Edmunds V. Bunkse (1990) como uma oportunidade para reforçarmos o perigo de sua utilização neste contexto: a ambiguidade se manifesta à medida que a “verdade” pode ser entendida como uma crença na força dos métodos (que é o que consideramos ter sido a intenção de Bunkse) e não na criação de consensos objetivos acerca das visões sobre a paisagem e o lugar.

<sup>14</sup> Em “Pode o subalterno falar?”, Gayatri Chakrovarty Spivak (2010) oferece uma análise alternativa das relações entre o discurso do Ocidente e a possibilidade da mulher subalterna falar. Considerando que o sentido utilizado para “falar” não é simplesmente disparar palavras pela boa e sim ter suas ideias consideradas, ouvidas, racionalizadas ainda que contrapostas, Spivak considera que a mulher subalterna não pode falar, assim como o Ocidente impõe uma lógica na qual a sua produção intelectual, que deveria ser libertária como princípio científico, se posiciona justamente como

humanistas respondem que sua perspectiva permite examinar fenômenos como poder, exclusão, resistência e conflito. Contudo, há um reconhecimento que pouco tem sido feito na direção dos estudos destes fenômenos já que existe uma concentração em temáticas como a liberdade, a criatividade e autonomia individual e de grupo. Os humanistas aceitam as considerações marxistas que colocam as condições estruturais como críticas para a compreensão da ação humana, mas ressaltam que, igualmente importante, é o papel dos valores, crenças, visões de mundo e intenções das pessoas (SEAMON; LUNDBERG, 2017).

Pós-estruturalistas criticam o fato dos geógrafos humanistas centrarem suas pesquisas no lugar, pertencimento, enraizamento em detrimento do não lugar, não pertencimento e mobilidade. Além disso, certo grupo de pós-estruturalistas questionam se existe mesmo o lugar no mundo pós-moderno, marcado pela globalização, o não-lugar (*non-places*) e o hiperespaço. No mundo de ambientes virtuais a distinção entre lugares reais e imaginados tem sido criticada por aqueles que são identificados com pressupostos da pós-modernidade. Os geógrafos humanistas respondem que mesmo que alguns lugares sejam erodidos pela globalização, outros são fortalecidos. Argumentam ainda que, mesmo que tenha crescido a importância da comunicação digital, do hiperespaço e dos ambientes virtuais, os espaços reais mantêm sua importância primordial, pois as pessoas são seres portadores de corpo (*bodily beings*) que possuem uma inevitável vida em algum espaço físico (SEAMON; LUNDBERG, 2017). Isto significa dizer que as sensações corporais (calor, frio, ventania, aridez, umidade, impressões olfativas e táteis) que ajudam a integrar a noção de lugar são esvaziadas em proposições virtuais.

As correntes de pensamento ou de abordagem geográfica tal como a Geografia Humanista são rótulos, muitas vezes atribuídos aos autores pela comunidade acadêmica. Autores rotulados, inclusive, podem discordar das rotulações a eles atribuídas. Existem muitos acadêmicos em um estágio maduro da carreira e que são prolíficos em suas produções que rejeitam os rótulos que sobre eles recaem. Isto ocorre muitas vezes por considerarem as estruturas híbridas do pensar e influências difusas que compõem sua visão de mundo. As rotulações podem ter serventia didática, mas, por outro lado, engessam a fluidez do pensamento e reduzem autores a certos paradigmas que são inconsistentes com o conjunto de sua obra ou mesmo com o seu percurso biográfico que, por sua vez, pode conter idas e vindas. David Harvey sempre é muito lembrado quando alguém exemplifica as mudanças na forma de pensar. É bastante referenciado tanto por geógrafos identificados com a temática da Geografia Radical quanto com a pós-modernidade. Dentro da

---

cúmplice dos seus interesses econômicos internacionais. A mulher subalterna é analogamente analisada como o mundo não ocidental e até mesmo como a ciência, subalterna a interesses escusos. Outrossim, os métodos qualitativos aos quais se referem os geógrafos humanistas que serviriam para superar as barreiras impostas pelo lugar de fala precisam ser analisados com cautela. A observação participativa, por si, não garante a verdadeira fala dos subalternos, pelo menos na lógica de Spivak.

Geografia Humanista, como vimos, existem abordagens e objetos de investigação distintos. Assim como outras correntes geográficas, não pode ter sua abordagem cultural avaliada monoliticamente.

## 5. AS ABORDAGENS DA VIRADA CULTURAL E A NOVA GEOGRAFIA CULTURAL

A “virada cultural<sup>15</sup>” (*cultural turn*) enquanto fenômeno intelectual espalhou sua influência em inúmeras áreas do conhecimento, produzindo um rearranjo não somente na Geografia Cultural, mas amplamente na Geografia Humana. Por diversos modos, a virada cultural “tem sido positiva para a Geografia, permitindo que novas teorias críticas pudessem emergir, abrindo espaço para a abordagem de tópicos que eram considerados fora do escopo da abordagem geográfica” (VALENTINE, 2001, p.167). Como uma onda avassaladora que chegou nos anos 1970 no ambiente acadêmico americano e britânico, tornou-se fato consensual que a cultura é um fator-chave para o entendimento do arranjo econômico, político e social. Como alvo da investigação cultural consolidou-se as temáticas acerca dos significados (com forte influência pós-estruturalista) e das identidades. Nos anos 1980, consolida-se a Nova Geografia Cultural. É impossível desvincular este rótulo das influências da virada cultural, que, como vimos, possui viés interdisciplinar. Grosso modo, enquanto a virada cultural ficou bem marcada pelo foco nas identidades, a Nova Geografia Cultural, por sua vez, focou-se no social e nas relações de poder (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011). De todo modo, ambos os rótulos representam um rompimento com as tradições neopositivistas que ganharam corpo nos anos 1950 e também frente aos tradicionais estudos culturais, que, no caso da geografia, são representados comumente pela escola de Berkeley que herda o legado saueriano.

Barnett (2004) chama a atenção para o seguinte fato: se por um lado os geógrafos passaram a fazer um grande esforço para incluir a discussão cultural em seus trabalhos, por outro, não se formou um consenso sobre o que a dimensão da cultura se refere. Em meio à profusão de novas metodologias aplicadas ao estudo da cultura e a multiplicação do interesse neste campo de investigação científica, grandes discussões foram travadas entre nomes consagrados da geografia.

A abordagem de Don Mitchell (1995), bastante inovadora, consistiu, além do seu caráter propositivo, como uma crítica contundente a outros geógrafos culturais prolíficos, a quem os acusou de reificar o conceito de cultura. Segundo Mitchell, ao trazer novos conceitos/ressignificações para a cultura, estes geógrafos permaneciam na esfera da ontologização, com a pretensão de sofisticar a reificação da cultura, sem abolir esta prática. O incômodo de Mitchell se manifestou frente à consolidação da chamada Nova Geografia Cultural. No interior deste emblema, as intencionalidades de contemplação das questões sociais fazem com que a estratégia comunicativa da ontologização de categoriais tais como raça, etnia e cultura torne-se, também, uma estratégia político-ideológica.

---

<sup>15</sup> A virada cultural possui como marca a rejeição de epistemologias positivistas e tem como ênfase os estudos sobre os significados. O pós-modernismo, pós-colonialismo e pós-estruturalismo ajudam a consolidar os seus paradigmas.



Uma vez sendo tratadas como categorias ontológicas, raça, etnia e cultura podem ser utilizadas como instrumento de luta social. Uma vez descritíveis e passíveis de delimitação, estas categorias podem, por exemplo, reivindicar certas políticas governamentais. Todavia, Mitchell parece crer que a ontologização é mais nociva do que benéfica: acredita que a entificação, particularmente referente à categoria cultura (mas aplicável a outras categorias), “é uma imposição, um processo de nomear e definir que expõe o poder das classes dominantes e que permite a desmitificação de movimentos oposicionais” (MITCHELL, 1999, p.47).

Uma leitura incompleta ou apressada de Mitchell (1999) pode levar a crer que o autor é desprovido de sensibilidade social. Este, definitivamente, não é o caso de sua abordagem. Em uma conclusão importante, após criticar a ontologização da cultura, sugere que uma agenda relevante para a Geografia Cultural é a compreensão de como os grupos poderosos operacionalizam historicamente a noção de cultura. Deste modo, é crucial conceber que a crítica quanto à reificação da cultura não é o mesmo que defender o fim das manifestações culturais, assim como à crítica quanto à reificação da raça não é o mesmo que assegurar que o racismo não existe. A desconsideração dessas diferenças nem tão sutis alimentam a ira de grupos militantes direcionada aos teóricos críticos às abordagens ontológicas. Resta-nos refletir se tal ira reside no âmbito da incompreensão teórica ou simplesmente no ato político deliberado (afinal, crer na teorização não ontológica exige do militante uma reinvenção do discurso).

A Nova Geografia Cultural surge no espaço destas críticas e ganhou força nos anos 1980 a partir das publicações de autores como Peter Jackson, Denis Cosgrove, e James Duncan. Desvinculou-se da preocupação da constituição das identidades, centrando-se no entendimento da produção simbólica e em seu papel em ordenar o espaço. Em contraste com a tradicional geografia cultural americana que se tornou alvo de suas críticas, a Nova Geografia Cultural “estava fortemente ligada à sociologia e a geografia britânica e apresentava-se profundamente preocupada com as questões ligadas ao espaço, relações de poder e a diversidade cultural das práticas cotidianas” (SCOTT, 2004, p.24). Para Tim Cresswell (2010), a Nova Geografia Cultural que teve “o seu chamado à guerra” (*call to arms*) em meados da década de 1980, trata-se de um projeto inacabado. Este status não é explicado por alguma deficiência teórica em seus pressupostos, mas pelo fato do mundo ser marcado pelas desigualdades e injustiças e ainda existir o motivo da academia ser o espaço de denúncia e se constituir como ferramenta de conscientização. Quanto utiliza a palavra injustiça, Cresswell refere-se “ao tipo que envolve a sistemática assimetria de arranjo de poder que permitem a ocorrência da opressão e exploração” (CRESSWELL, 2010, p.172).

Heidi Scott (2004) destaca que a Nova Geografia Cultural foi desenvolvida e abordada por diversos geógrafos fora do Reino Unido, estando, contudo, represada quase exclusivamente no

mundo anglófono. O debate visto entre Mitchell (1995) e autores identificados com a Nova Geografia Cultural como Jackson, Cosgrove e os Duncan pode transmitir uma impressão deficiente: a ideia acerca de um disseminado antagonismo entre as características comuns da virada cultural e da Nova Geografia Cultural. Sabe-se que ambas compartilham similitudes, tais como a influência da escola feminista, do pós-estruturalismo, do pós-modernismo e da teoria pós-colonial (SCOTT, 2004). As diferenças centradas nos objetos de investigação dos pesquisadores culturais é que, principalmente, possibilitaram a criação destes rótulos. Para ilustrar o fato, Denis Cosgrove, comumente associado à Nova Geografia Cultural, rejeitou as fáceis associações do seu nome com o rótulo (COSGROVE, 1993). Encaixar intelectuais nestes rótulos torna-se, inclusive, paradoxal às perspectivas pós-estruturalistas que os sustentam, justamente pelo fato desta ação desconsiderar as estruturas híbridas de pensamento. Contudo, isto não representou consenso dentro da discussão cultural do final do século XX. As divergências de foco daqueles que, por um lado, centravam-se nas identidades e na discussão sobre significado (chegando ao ponto de Mitchell cravar que a cultura não existe da forma em que entendemos) e, por outro, nas questões sociais mais amplas e nas relações de poder movimentaram críticas, réplicas e trélicas nas principais revistas e fóruns de discussão nos Estados Unidos e Reino Unido.

Este tornou-se um debate infundável dentro da geografia cultural. Mesmo posicionando-se no campo de pesquisa sobre o consumo e o comportamento consumista, Peter Jackson alerta que “precisamos transcender o dualismo existente entre o “econômico” e o “cultural” se quisermos fazer sérios progressos na compreensão das culturas comerciais e sua associação com as formas materiais” (JACKSON, 1997, p.187), mostrando que a abordagem radical que apartou temas e métodos assumindo em alguns casos tons partidários na academia é mais nociva do que útil. É importante notar que a oposição ao marxismo característica da virada cultural fez com que alguns autores da Nova Geografia Cultural que trabalhassem hermeneuticamente elementos passíveis de serem identificados como marxistas pudessem ser alvos de críticas, o que nos mostra que os rótulos muitas vezes colaboram para a incompreensão: existem gradações que variam do mais grosseiro ao mais sutil no que diz respeito às apropriações teóricas, o que garante a existência de formas híbridas do pensar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pluralidade da abordagem cultural na Geografia é notável. Desde o determinismo cultural que marcou o início da institucionalização da Geografia enquanto disciplina acadêmica, tendências atingiram em cheio a abordagem cultural. É estranho assumir, principalmente para quem não possui intimidade com as correntes geográficas, que a abordagem cultural não está limitada à

Geografia Cultural. Esta associação direta e determinística faz parte da negativa que tentamos construir neste artigo: a obsessão pelos rótulos pode nos conduzir a generalizações grosseiras. As diferenças existentes entre a expressão “abordagem cultural na Geografia” e “Geografia Cultural” são suficientemente grandes para que sejam problematizadas. As confusões advindas do uso de diferentes fatias do universo semântico destas expressões explicam o desconforto de pesquisadores mais experientes em utilizar a expressão sem a devida contextualização. Sequer é consensual a ligação da expressão “Geografia Cultural” com a dita tradicional Geografia Cultural, muitas vezes associada à Sauer e à escola de Berkeley.

As correntes geográficas posicionam-se como marcos paradigmáticos e servem como ferramentas didáticas para a avaliação da influência de certos pressupostos marcados pelos seus respectivos *zeitgeist*. A abordagem cultural perpassou pelo tempo, adquirindo múltiplas formas e sofrendo muitas influências. Distintas abordagens convivem, algumas de forma mais harmoniosa do que outras, a despeito da força de determinados argumentos que se tornaram hegemônicos na contemporaneidade. À exceção do determinismo cultural, é possível notar a influência direta das demais abordagens culturais no fazer geográfico. Contudo, no plano indireto e no senso comum, os etnocentrismos exacerbados e determinismos ainda vivem e nos assombram, como não podia ser diferente: somos frutos da intertextualidade e da experiência histórica.

A abordagem cultural contemporânea na Geografia é marcada por essa longa jornada, sendo melhor definida pelas formas híbridas do pensar do que pelos rótulos das correntes. Este tipo de entendimento é compartilhado por Denis Cosgrove que, rotulado com um representante da Nova Geografia Cultural, rejeitou a fácil associação. Tem se destacado, contudo, uma forte preocupação na abordagem cultural na Geografia no que diz respeito ao equilíbrio entre as abordagens “social” e “cultural”. Nos últimos vinte e cinco anos, no plano da discussão epistemológica da abordagem cultural, a discussão sobre este equilíbrio foi o palco dos mais acalorados debates geográficos.

## REFERÊNCIAS

- ALATAS, S. H. **The Myth of the lazy native**. London: Frank Cass and Company, 1977. 280p.
- BARRIO, A. B. E. **Manual de Antropologia Cultural**. Recife: Editora Massangana, 2005. 382p.
- BARNETT, C. A critique of cultural turn. In: DUNCAN, J. S.; JOHNSON, N. C.; SCHEIN, R. H. **A companion to cultural geography**. Malden: Blackwell Publishing ltd, 2004.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441p.
- BURKSE, E. V. Saint-Exupéry’s Geography Lesson: art and Science in the Creation and Cultivation of Landscape Values. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 80, n. 1, p. 96-108, 1990.

- BUTTNER, A. Humanism and relevance in geography. **Scottish Geographical Journal**, v. 115, n. 2, p. 103-116, 2008.
- CAPEL, H. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. In: CAPEL, H. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Sobre Carl Sauer: uma introdução. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- COSGROVE, D.; JACKSON, P. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v. 19, n. 2, p.95-101, 1987.
- COSGROVE, D. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **Canadian Geographer**, v. 22, n. 1, p. 66-72, 1978.
- COSGROVE, D. E. Towards a radical cultural geography: problems of theory. **Antipode**, v. 5, n. 1, p. 1-11, 1983.
- COSGROVE, D. On “the reinvention of Cultural geography” by Price and Lewis. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 3, p. 515-517, 1993.
- CRESSWELL, T. New cultural geography – an unfinished project? **Cultural geographies**, v. 17, n. 2, p. 169-174, 2010.
- DENEVAN, W. M.; MATHEWSON, K. **Carl Sauer on culture and landscape: readings and commentaries**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2009. 480p.
- DINIZ, A. M. A.; FERRAZ, C. M. L.; GIOVANINI, R.; JÚNIOR, T. T. N. A paisagem geográfica de Lavras Novas, ouro Preto: uma apologia à “Morfologia da Paisagem” de Carl O. Sauer. **Cadernos de Geografia**, v. 13, n. 20, p. 74-88, 2003.
- DUNCAN, J. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**. v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.
- DUNCAN, J. Commentary. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 3, p. 517-519, 1993.
- ENTRIKIN, J. N. **The betweenness of place: towards a geography of modernity**. London: Macmillan Education LTD, 1991. 204p.
- GADE, D. Carl Sauer e a força da curiosidade nas pesquisas geográficas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- GOLD, J. R.; GOODEY, B. Behavioural and perceptual geography. **Progress in Human Geography**, v. 7, p. 578-586, 1983.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 210p.
- HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S. S. L. (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2013.
- HOEFLE, S. W. Debates recentes na Geografia Cultural anglo-americana: uma apreciação antropológica e filosófica. **Espaço e Cultura**, Edição comemorativa, 2008. p.123-135.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Rio de Janeiro: **Revista Território**, v. 2, n. 3, p.77-85, 1997.

KROEBER, A. The superorganic. **American Anthropologist**, v. 19, n. 2, 1917.

JACKSON, P. Berkeley and Beyond: Broadening the Horizons of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 3, p. 519-520, 1993.

JACKSON, P. Geography and the cultural turn. **Scottish Geographical Magazine**, v. 113, n. 3, p. 186-188, 1997.

JECSON, G. L. A Geografia Humanística como ferramenta de ensino. **Geosaberes**, v. 1, n. 2, p. 25-38, 2010.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 120p.

LEY, D. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 5, p. 249-257, 1981.

MARANDOLA, E. Humanismo e a abordagem cultural em geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-419, 2005.

MAY, J. A. Algumas Observações sobre a filosofia implícita de Carl Sauer. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

MEINIG, D. W. Geography as an art. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 8, n. 3, p. 314-328, 1983.

MITCHELL, D. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 20, n. 1, p. 102-116, 1995.

MITCHELL, D. Explanation in Cultural Geography: A Reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans. **Transactions of the Institute of British Geographers**. v. 21, n. 3, p. 580-582, 1996.

MITCHELL, D. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da ideia de cultura em geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p.31-51, 1999.

OLIVEIRA, L. Percepção do meio ambiente e geografia. **Olam – ciência e tecnologia**, v. 1, n. 2, p. 14-28, 2001.

PEET, R. The social origins of environmental determinism. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 75, n. 3, p. 309-333, 1985.

PEET, R. Relações Sociais: a dimensão ausente na teorização de Carl Sauer. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

PRICE, M.; LEWIS, M. The Reivention of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 1, p. 1-17, 1993.

PRICE, M.; LEWIS, M. Reply: On Reading Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 3, p. 520-522, 1993b.

PENN, M.; LUKERMANN, F. Corologia e paisagem: uma leitura internalista de “A Morfologia da Paisagem”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

POCOCK, D. C. D. The paradox of human geography. **Area**, v. 15, n. 4, p. 355-358, 1983.

RELPH, E. **Rational Landscapes and Humanistic Geography**. New York: Barnes and Noble, 1981. 234p.

SACK, R. D. Realism and Realistic Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 7, n. 4, p. 504-509, 1982.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012. 85p.

SASAKI, Karen. A contribuição da Geografia Humanística para a compreensão do conceito de identidade do lugar. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 13, n. 22, p. 112-120, 2010.

SAÏD, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011. 568p.

SAUER, C. The personality of Mexico. **The geographical Review**, v. 31, n. 3, 1941.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: OAKES, T. S.; PRICE, P. L. (Eds.) **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008.

SEEMANN, J. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis da Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 17-18, p. 65-76, 2004.

SEAMON, D.; LUNDBERG, A. **Humanistic Geography**. The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography, p. 1-11, 2017.

SEAMON, D. Review of Edward Relph's Rational Landscapes and Humanistic Geography. **Environmental Ethics**, p.181-183, 1983.

SCOTT, H. Cultural Turns. In: DUCAN, J. S.; JOHSSON, N. C.; SCHEIN, R. H. **A companion to cultural geography**. Malden: Blackwell Publishing ltd, 2004.

SPETH, W. W. Historicismo: a visão disciplinária de mundo de Carl Sauer. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 133p.

TUAN, Yi-Fu. Reflections on humanistic geography. **JAE**, v. 30, n.1, p. 3-5, 1976.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 298p.

VALENTINE, G. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, v. 55, p. 166-172, 2001.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007. 146p.

Trabalho enviado em 21/02/2020

Trabalho aceito em 05/10/2020